

ATA DA 42ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

1 Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14h17min, foi
2 realizada, por meio da plataforma Microsoft Teams, com transmissão ao vivo pelo canal
3 do CMPU no YouTube, a 42ª Reunião Extraordinária do Conselho Gestor do Fundo de
4 Desenvolvimento Urbano – FUNDURB; com a palavra, a Presidente Suplente, Sra.
5 Maria José Gullo, agradeceu a presença dos(as) Conselheiros(as) e declarou aberta a
6 sessão, apresentando a pauta do dia, composta por comunicações gerais e deliberação
7 sobre demandas e solicitações ao Conselho Gestor; em seguida, foi concedida a palavra
8 à Secretária Executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, que registrou que a reunião
9 estava sendo gravada e que as manifestações dos(as) Conselheiros(as) poderiam ser
10 feitas por voz ou por meio do chat; com a palavra, a Sra. Talita comunicou a ciência da
11 Portaria SGM nº 14, de 02 de fevereiro de 2024, publicada no DOC de 05 de fevereiro
12 de 2024, que alterou a composição do Conselho, dando posse aos seguintes
13 representantes do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU: Sra. Simone Salles
14 de Oliveira Chaves, Titular 1; Sr. Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini, Suplente 1; Sr. José
15 André de Araujo, Titular 2; e Sra. Angeli Franco Nobre, Suplente 2; em sequência, com a
16 palavra, a Sra. Angeli Franco Nobre manifestou agradecimento e saudação à Mesa e aos
17 demais participantes; com a palavra, a Sra. Talita comunicou a ciência da Portaria SF nº
18 59, de 28 de fevereiro de 2024, publicada no DOC de 29 de fevereiro de 2024, que
19 dispõe sobre a prorrogação do prazo de liquidação de restos a pagar não processados
20 do exercício de 2023 até o dia 30 de abril de 2024, vinculada à deliberação de prestação
21 de contas realizada na reunião anterior; em seguida, a Sra. Talita deu prosseguimento ao
22 item 2 da pauta, tratando da deliberação sobre demandas e solicitações ao Conselho
23 Gestor, informando que, conforme apresentado na 37ª Reunião Ordinária, os dados de
24 receitas, despesas e os recursos vinculados ao artigo 340 da Lei nº 16.050/2014 foram
25 anteriormente detalhados e, portanto, não seriam reapresentados; com a palavra,
26 apresentou a planilha com a composição do superávit do exercício de 2023, totalizando
27 R\$ 1.492.000.000,00, conforme apuração da Secretaria Municipal da Fazenda,
28 explicando a vinculação dos valores de acordo com o artigo 340, bem como os
29 montantes livres disponíveis para redistribuição, no valor de R\$ 226.000.000,00;
30 explicou que, decorrido o prazo de dois anos para vinculação de valores de 2021, o

31 montante de R\$ 130.000.000,00 foi considerado como recurso livre, podendo ser
32 destinado à Secretaria Municipal das Subprefeituras – SMSUB, no exercício de 2024; a
33 Sra. Talita detalhou a proposta de destinação dos demais valores, sendo: AB 2022 e AB
34 2023 permanecem para a Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB; MOB 2022 e
35 MOB 2023 permanecem para a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
36 – SIURB; e os valores livres foram divididos entre a SMSUB e a Secretaria Municipal de
37 Mobilidade e Trânsito – SMT; em seguida, apresentou a planilha com as alterações
38 propostas nos planos de aplicação, sendo os recursos remanescentes distribuídos entre
39 os exercícios de 2022, 2023 e 2024, com os planos vinculados correspondentes,
40 destacando que a SIURB e a Secretaria Municipal de Cultura – SMC apresentariam
41 propostas de alteração de plano sem mudança de valores; com a palavra, a
42 representante da SMSUB, Sra. Mariana, apresentou a proposta de alteração do Plano de
43 Aplicação de 2024, com valor atualizado de R\$ 479.645.840,00, considerando o
44 superávit livre; destacou que a principal mudança refere-se à reclassificação de valores
45 anteriormente vinculados à mobilidade urbana (MOB) para a categoria de recursos
46 livres, em virtude da inexistência de vias estruturais ou coletoras nas áreas
47 contempladas, permitindo assim o recapeamento e a pavimentação em bairros
48 periféricos; explicou que as metas atendidas incluem a meta 36 (pavimentação) e a meta
49 34 (recapeamento) do Plano Diretor Municipal, bem como a meta 40 (acessibilidade em
50 calçadas) no âmbito do Plano Emergencial de Calçadas – PEC, e exemplificou com vias e
51 calçadas que serão contempladas; afirmou ainda que os investimentos em melhorias de
52 bairro e drenagem permanecem inalterados; com a palavra, a Sra. Mariana Bertelli,
53 Assessora da Secretaria Municipal das Subprefeituras, retomou a apresentação
54 ressaltando que, quanto às obras de drenagem, estas atendem à meta 32 do Plano
55 Diretor Municipal – PDM, apresentando exemplos de intervenções em áreas de risco;
56 com a palavra, o Sr. José André de Araujo, Titular pelo C MPU, saudou os presentes e
57 questionou o modelo de votação das propostas, sugerindo a individualização das
58 deliberações por Secretaria diante da existência de pareceres distintos, além de iniciar
59 suas ponderações sobre a proposta da SMSUB; em réplica, a Sra. Talita Veiga Cavallari
60 Fonseca, Secretária Executiva, esclareceu que são cinco Secretarias com propostas em
61 pauta e que haveria apenas uma deliberação única; em sequência, o Sr. José André
62 reiterou a solicitação pela separação das votações e iniciou indagações sobre a proposta
63 apresentada pela SMSUB, com destaque para a preocupação quanto à concentração da

64 3) com relação à pavimentação em Subprefeituras com áreas de mananciais, foi
65 recomendada a utilização de materiais mais permeáveis, como os bloquetes, reiterando-
66 se também a ausência de investimentos em drenagem, apesar da gravidade do tema;
67 com a palavra, o Sr. Fernando Turella, da Secretaria Municipal das Subprefeituras –
68 SMSub, respondeu que as intervenções são oriundas de demandas das Subprefeituras e
69 de outros órgãos públicos, inclusive em áreas de regularização fundiária, e que há
70 cuidados específicos para áreas de preservação e mananciais; acrescentou que os
71 recursos de drenagem estão sendo atendidos por outras dotações e que os locais das
72 intervenções constam em relatório técnico previamente encaminhado; em nova réplica,
73 o Sr. José André de Araujo refutou tal afirmação, mencionando obras em Parelheiros e
74 Marsilac, apontando ausência de qualidade técnica e infraestrutura adequada nas
75 execuções, reiterando que sua manifestação constasse em ata; com a palavra,
76 novamente, o Sr. Fernando Turella esclareceu que as intervenções citadas pelo
77 Conselheiro não são de responsabilidade da SMSub e que todas as ações listadas
78 encontram-se na planilha descritiva; em seguida, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca
79 acatou a sugestão de separação das votações por Secretaria, com a anuência da Sra.
80 Maria José Gullo, Presidente Suplente, a qual também manifestou concordância com a
81 deliberação individualizada, dada a complexidade das propostas; em sequência, foi
82 deliberado que a votação seria por Secretaria, esclarecendo que algumas, como a
83 Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, apresentariam mais de um plano (2022,
84 2023 e 2024); em nova intervenção, o Sr. José André de Araujo solicitou esclarecimento
85 se a reclassificação dos recursos estava sendo feita com base na nova legislação do
86 Plano Diretor Estratégico – PDE, ao que a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca respondeu
87 afirmativamente, ressaltando que, mesmo para recursos de exercícios anteriores, as
88 execuções ocorrerão em 2024, já sob a vigência da nova legislação; com a palavra, a Sra.
89 Talita iniciou a deliberação da proposta da Secretaria Municipal das Subprefeituras
90 relativa ao Plano Anual de Aplicação 2024, colocando-a em votação; manifestaram-se
91 favoráveis: Suplente da Secretaria do Governo Municipal – SGM, Sr. Clodoaldo Alves
92 dos Santos; Suplente da Secretaria da Fazenda – SF, Sr. Fabiano Tambellini; Titular do
93 Conselho Municipal de Política Urbana 1 – CMPU1, Sra. Simone Salles de Oliveira
94 Chaves; declarou voto contrário o Titular do Conselho Municipal de Política Urbana 2 –
95 CMPU2, Sr. José André de Araujo, justificando a ausência de fundamentação técnica
96 para a alteração proposta, destacando também a insuficiência de investimentos em

97 drenagem e a ausência de critérios claros quanto aos materiais a serem utilizados nas
98 áreas de mananciais, infringindo diretrizes de sustentabilidade e metas dos Objetivos de
99 Desenvolvimento Sustentável – ODS e do próprio PDE; a Sra. Talita Veiga Cavallari
100 Fonseca registrou o voto contrário com declaração de voto, informando que a
101 deliberação foi aprovada por maioria; 4) em seguida, deu-se início à apresentação da
102 proposta da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, com presença dos Srs. Caio
103 Henrique, da SEHAB; Enzo Martins, da Companhia Metropolitana de Habitação de São
104 Paulo – COHAB; e da Sra. Adriana Moura; após dificuldades técnicas, a apresentação foi
105 projetada, e a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca retomou esclarecimento ao Sr. José
106 André de Araujo, confirmando que os critérios de reclassificação estão de acordo com a
107 nova redação do Plano Diretor Estratégico – PDE; com a palavra, o Sr. Caio Henrique
108 iniciou a apresentação da proposta de repactuação do plano 2024, esclarecendo que
109 houve remanejamento de valores para inclusão de novas áreas, especialmente da
110 COHAB, com redução em alguns quadros para contemplar as novas demandas;
111 informou que os recursos totais permanecem em R\$ 587.456.000,00, destacando que o
112 recurso remanescente de 2023, no valor de R\$ 150.000.000,00, foi integralmente
113 direcionado ao Programa Mananciais; apresentou os quadros detalhados com divisões
114 por lotes e aquisições, mencionando que o recurso de 2022, no valor de R\$
115 102.770.000,00, também foi alocado ao Programa Mananciais; afirmou que o valor
116 global da SEHAB, somando os recursos remanescentes e de 2024, totaliza R\$
117 840.933.000,00; informou ainda a inclusão de nova área para construção de unidades
118 habitacionais denominada Lourenço Cabrera, estimando cerca de 200 a 250 unidades;
119 em seguida, passou a palavra ao Sr. Enzo Martins, da COHAB, para continuidade da
120 apresentação; com a palavra, o Sr. Ricardo Leal, da Companhia Metropolitana de
121 Habitação de São Paulo – COHAB, cumprimentou os presentes, informou que realizaria
122 uma apresentação conjunta com o Sr. Enzo Martins e explicou que a exposição seria
123 breve; solicitou a troca de slide e destacou que o impacto social do programa
124 apresentado era significativo, mesmo com pequenas intervenções; prosseguiu
125 apontando que o objetivo do programa é proporcionar melhorias que assegurem
126 salubridade aos beneficiários, permitindo sua permanência nas moradias de origem com
127 adaptações mínimas, capazes de garantir uma habitação digna e evitar o deslocamento
128 das famílias; esclareceu que, conforme Decreto de criação do programa, os
129 atendimentos realizados são considerados definitivos, o que impacta a fila de demanda

130 por moradias; em sequência, mencionou dados internacionais, ressaltando que um piso
131 adequado pode reduzir em 49% os casos de 5) em continuidade, o Sr. Ricardo Leal, da
132 Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB, destacou dados
133 internacionais, ressaltando que um piso adequado pode reduzir em 49% os casos de
134 diarreia, 78% as infecções paramentares e 31% as incidências de anemia, salientando
135 que tais informações estariam disponíveis na apresentação que seria compartilhada
136 posteriormente; reiterou o impacto social positivo das intervenções realizadas; solicitou
137 novo slide e apresentou um resumo do programa, cujo público-alvo são famílias com
138 renda entre 1 e 3 salários mínimos, com investimento máximo de R\$ 30.000,00 por
139 unidade; explicou que a definição das intervenções é feita por equipe técnica e social
140 composta por integrantes da COHAB, da SEHAB e do próprio morador, cuja
141 participação é essencial para a identificação das reais necessidades habitacionais, desde
142 que enquadradas no escopo do programa e voltadas à salubridade e dignidade da
143 moradia; com a palavra, enfatizou que o foco das melhorias inclui, por exemplo, ligações
144 de rede de água potável, impermeabilização para correção de infiltrações, melhoria de
145 ventilação com abertura de vãos, qualificação de banheiros e cozinhas; solicitou novo
146 slide e apresentou imagens comparativas de antes e depois das obras piloto,
147 evidenciando os benefícios obtidos com intervenções pontuais; reiterou a efetividade
148 do programa e apresentou exemplos de banheiros e coberturas reformados; solicitou
149 prosseguimento da apresentação e apresentou as metas para o ano: atender 3.700
150 famílias com investimento total de R\$ 124.320.000,00; colocou-se à disposição para
151 esclarecimentos; em seguida, com a palavra, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, da
152 Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, agradeceu a apresentação
153 e informou que o Sr. Caio Henrique daria continuidade à explanação; registrou dúvida
154 sobre a apresentação do componente “Pode Entrar Entidades”, indagando se seria feita
155 pela PROHAB; com a palavra, o Sr. Ricardo Leal, da COHAB, esclareceu que o Sr. Enzo
156 Martins, presente na reunião, não integra a equipe da diretoria responsável pelo
157 componente “Pode Entrar Entidades” e que desconhecia quem realizaria a referida
158 apresentação; em sequência, com a palavra, o Sr. Caio Henrique, da Secretaria
159 Municipal de Habitação – SEHAB, informou que daria prosseguimento à apresentação
160 sobre o componente “Pode Entrar Entidades”, detalhando que este estava sendo
161 incluído no plano, com destaque para a entidade “X Maia”, com obra em andamento e
162 287 unidades, valor solicitado de R\$ 9.649.000,00; solicitou prosseguimento dos slides

163 e apresentou os seguintes empreendimentos: Itaqueli e Padre Manoel da Nóbrega, 147
164 unidades, valor solicitado R\$ 5.040.000,00; São José 2 Serra Verde BO, 227 unidades,
165 valor solicitado R\$ 5.000.000,00; Itaqueri C Padre Manoel de Paiva, 100 unidades, valor
166 solicitado R\$ 1.000.866,00; Porte do Rio Branco, lote 9, 154 unidades, valor solicitado
167 não informado, localizadas na Subprefeitura de São Mateus; Itaquera 23 José Bonifácio,
168 142 unidades, valor solicitado R\$ 9.000.995,00; Porte do Rio Branco, lote 11, 164
169 unidades, em andamento na região de São Mateus; Jardim Celeste Dandara, 50
170 unidades, valor solicitado R\$ 1.000.588,00; General Rondon, 131 unidades, valor
171 solicitado R\$ 4.000.484,00, na Subprefeitura da Sé; Adventista, quadra 1, 83 unidades,
172 valor solicitado R\$ 6.000.385,00; prosseguiu com a apresentação dos contratos
173 destinados a novas contratações com recursos previstos para o exercício de 2024:
174 Belém, Chirão Carolina Maria de Jesus, 227 unidades, valor solicitado R\$ 8.100.000,00;
175 Porte do Rio Branco, Residencial Casa Branca, 298 unidades, R\$ 15.000.907,00; Porte
176 do Rio Branco 3, lote 26 Maria Felinta, 200 unidades, R\$ 8.000.807,00; Favela do
177 Violão, Quadra 1 Luiz Gama, 124 unidades, R\$ 16.000.740,00; Itaquera 23 José
178 Bonifácio, Santa Terezinha, 79 unidades, R\$ 4.000.612,00; Itaquera 2, Trigos e
179 Bonifácio Misure, 61 unidades, R\$ 3.000.582,00; Elísio Teixeira, Quadra 3, lote 3, 88
180 unidades, R\$ 2.000.844,00; Som da B, 180 unidades, R\$ 3.300.493,00; Jardim São
181 Paulo, Conjunto Habitacional José Arlindo Ferreira do Nascimento, 49 unidades, R\$
182 1.000.629,00; Paraquera José Bonifácio, Kansas, Residencial Cida Ponte, 65 unidades,
183 R\$ 4.000.000,00; Santo Etelvina, Residencial Nossa Senhora de Guadalupe, 84
184 unidades, R\$ 3.523.000,00; Jardim Palmares, Cinto, 91 unidades, R\$ 2.000.244,00;
185 Itaquera José Moi Faz, 62 unidades, R\$ 2.000.467,00; Guarapé Mirim, Lajeado, 154
186 unidades, R\$ 2.000.568,00; Itaquera Padre Manoel de Paiva, São Paulo Diferenciado 2,
187 55 unidades, R\$ 2.000.691,00; Barro Branco 4, 140 unidades, R\$ 2.000.391,00; Bresser
188 6, 296 unidades, R\$ 5.000.070,00; Porte do Rio Branco, Ponte Vito, Habitacional Maria
189 Ferreira da Silva da Silva, 100 unidades, R\$ 5.000.308,00; Tanto que Eu Vi, Quadra 18B,
190 lote 5, 27 unidades, R\$ 1.000.243,00; Itaquera, José Bonifácio, Quadra 161, lote 4, 94
191 unidades, R\$ 10.000.518,00; Bauru ABE, Lajeado ABC, 968 unidades, R\$
192 53.237.000,00; Porte do Rio Branco, AEB Empresas, 600 unidades, R\$ 20.364.000,00;
193 Bresser 14, Visconde de Parnaíba, 204 unidades, R\$ 21.000.930,00; São Francisco,
194 Chácara Antônio Esteves França, 72 unidades, R\$ 10.000.000,00; France e Ovina,
195 Residencial Central Ovina, 214 unidades, R\$ 17.000.000,00, localizado na Cidade

196 Tiradentes; informou que essa era a conclusão da apresentação da Secretaria Municipal
197 de Habitação – SEHAB, com as inclusões das áreas do componente “Pode Entrar
198 Entidades” e de empreendimentos situados em áreas de mananciais; em seguida, o Sr.
199 Caio Henrique esclareceu que, embora haja maior concentração de investimentos em
200 áreas de mananciais, a regularização fundiária também está sendo realizada, custeada
201 por recursos do Tesouro Municipal e do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e
202 Infraestrutura – FM-SAI; informou que, quanto ao Córrego da Mina, estão em curso
203 aquisições de propriedades para fins de urbanização e descaracterização de casas já
204 adquiridas; sobre o empreendimento Lidiane, comunicou que haverá urbanização, com
205 unidades habitacionais já entregues; no caso da Ponte dos Remédios, a previsão de
206 entrega é para o final de março ou início de abril; quanto ao Projeto José Dias, este se
207 encontra em fase de contratação de projetos; em sequência, o Conselheiro Sr. José
208 André de Araujo indagou se, conforme o Art. 340 do Plano Diretor Estratégico, inciso I,
209 os recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB estavam sendo
210 efetivamente destinados à regularização fundiária, conforme estipulado o percentual
211 mínimo de 10% do total; em réplica, o Sr. Caio Henrique afirmou que os recursos
212 destinados à regularização fundiária contam com dotação de R\$ 1.000,00, sendo
213 custeados pela fonte 00 do Tesouro Municipal e pelo FM-SAI; com a palavra, o Sr.
214 Clodoaldo Alves dos Santos complementou, informando que o Programa Mananciais
215 contempla ações de recuperação de áreas degradadas, construção de unidades
216 habitacionais, regularização fundiária e urbanização; acrescentou que o orçamento da
217 Prefeitura para o ano contempla R\$ 189.000.000,00 para urbanização de favelas e R\$
218 130.000.000,00 para regularização fundiária; em sequência, a Sra. Talita Veiga Cavallari
219 Fonseca confirmou que os 10% mínimos exigidos estão sendo aplicados no Programa
220 Mananciais, com recursos remanescentes de 2022 e 2023 integralmente destinados a
221 essa finalidade; mencionou os valores de R\$ 150.000.000,00 em 2023, R\$
222 102.000.000,00 em 2022 e, conforme recordação, R\$ 117.000.000,00 em 2024,
223 embora sem separação detalhada no momento; informou ainda que o responsável
224 técnico pelo programa encontrava-se ausente por estar em campo; em seguida, o Sr.
225 José André de Araujo reiterou sua preocupação quanto à aplicação dos recursos em
226 áreas de risco classificadas como R3 e R4, destacando a necessidade de representação
227 técnica da Diretoria de Mananciais nas reuniões futuras. Questionou, ainda, a ausência
228 de atualização do regimento interno no que tange à composição do Conselho; a Sra.

229 Talita Veiga Cavallari Fonseca esclareceu que o regimento está desatualizado desde
230 2011, sendo prevista sua revisão após a conclusão da atualização do regimento do
231 Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU; ressaltou que a Secretaria Municipal
232 de Habitação – SEHAB atua como secretaria executora e não possui cadeira votante no
233 Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB; o Sr. José André
234 de Araujo propôs a criação de um Grupo de Trabalho – GT para tratar da atualização do
235 regimento; a Sra. Talita confirmou que tal revisão está entre os itens de pauta futuros;
236 por fim, deu-se início à votação, deliberando-se sobre a aprovação do Plano Anual de
237 Aplicação de Recursos Remanescentes de 2022 e 2023 e sobre a alteração do Plano
238 Anual de Aplicação 2024 da SEHAB; antes da votação, o Sr. José André reiterou
239 questão de ordem sobre a obrigatoriedade de submissão prévia do plano ao CMPU,
240 conforme Art. 1º, §1º, do regimento interno, solicitando análise da presidência sobre a
241 validade da deliberação sem esse trâmite; em sequência, com a palavra, a Sra. Talita
242 Veiga Cavallari Fonseca, Secretária Executiva, esclareceu ao Sr. José André de Araujo
243 que, enquanto a Presidente atendia uma ligação, o Conselho Municipal de Política
244 Urbana – CMPU possui especificidades e competências distintas de outros conselhos, e
245 que, por conta do regimento interno desatualizado, há divergências nas atribuições;
246 explicou que o CMPU não possui competência deliberativa sobre alterações no Plano
247 Anual de Aplicação do FUNDURB, uma vez que este possui um Conselho Gestor
248 próprio, instituído pelo Plano Diretor Estratégico – PDE, que detém, conforme
249 legislação vigente, competência para aprovação e alterações do referido plano; reforçou
250 que essa competência está definida tanto na Lei quanto no Decreto do FUNDURB,
251 sendo o encaminhamento das alterações submetido apenas ao respectivo Conselho
252 Gestor, e não ao CMPU; em seguida, informou que o plano anual aprovado foi
253 encaminhado ao CMPU apenas para apreciação, atendendo solicitação de conselheiro, e
254 que foi disponibilizado no site oficial para proposições e consultas; destacou que há
255 outros dispositivos legais que atribuem ao CMPU competências relativas à proposição
256 de planos e recursos, porém sem sobreposição às deliberações do Conselho Gestor do
257 FUNDURB; em sequência, o Sr. José André de Araujo manifestou que há contradições
258 na redação atual do regimento interno, ressaltando a importância de sua atualização,
259 uma vez que o documento está vigente desde 2011, sendo este o manual de instruções
260 da comissão. Solicitou que a revisão do regimento seja tratada como prioridade em
261 pauta, aguardando encaminhamentos sobre o tema. com a palavra, a Sra. Talita Veiga

262 Cavallari Fonseca agradeceu a manifestação, reiterando que respondeu a uma questão
263 de ordem apresentada pelo Sr. José André de Araujo sobre o regimento, esclarecendo a
264 competência do C MPU e a necessidade de revisão do regimento interno do Conselho
265 Gestor do FUNDURB; ressaltou que essa proposta já está em andamento por iniciativa
266 da própria Secretaria Executiva, sendo o primeiro regimento a ser revisado o do C MPU,
267 com os demais conselhos previstos para etapas subsequentes; com a palavra, a
268 Presidente declarou que os esclarecimentos prestados estavam adequados, destacando
269 que o foco da reunião era a deliberação dos valores destinados a projetos relevantes da
270 Prefeitura, não sendo oportuno desviar para discussões sobre o C MPU, apesar de
271 reconhecer a importância das atualizações regimentais em curso; em seguida, o Sr. José
272 André de Araujo reforçou que sua manifestação se referia especificamente ao
273 regimento interno do C MPU, apontando contradições e desatualizações que dificultam
274 a compreensão dos trabalhos, principalmente após as alterações do Plano Diretor em
275 2014; reafirmou que o C MPU, como instância guarda-chuva, deve ter seu regimento
276 revisado antes do Conselho Gestor do FUNDURB, para evitar contradições; solicitou o
277 prosseguimento da pauta após seu posicionamento; com a palavra, a Sra. Talita Veiga
278 Cavallari Fonseca agradeceu a manifestação e colocou em deliberação a proposta de
279 aprovação do Plano Anual de Aplicação de Recursos Remanescentes de 2022 e 2023 da
280 SEHAB, bem como a alteração do Plano Anual de Aplicação de 2024 da SEHAB; em
281 sequência, foi realizada a votação nominal com os seguintes votos: Secretaria Municipal
282 de Obras – SMO, suplente Sra. Maria José Gullo – favorável; Secretaria Municipal das
283 Subprefeituras – SMSUB, suplente Sr. Rod – favorável; Secretaria da Fazenda – SF,
284 suplente Sr. Fabiano Tambellini – favorável; Secretaria de Governo Municipal – SGM,
285 suplente Sr. Clodoaldo Alves dos Santos – favorável; Conselho Municipal de Política
286 Urbana 1 – C MPU 1, titular Sra. Simone Sales de Oliveira Chaves – favorável; C MPU 2,
287 titular Sr. José André de Araujo – contrário, apresentando fundamentação do voto; com
288 a palavra, o Sr. José André de Araujo justificou seu voto contrário, registrando que,
289 diante da explanação dos técnicos da SEHAB, foram verificadas inconsistências na
290 apresentação, como ausência de dados relativos às datas e fases das obras; alegou ainda
291 descumprimento do artigo 340, inciso I da Lei 16.050/2014, tendo em vista que,
292 conforme informado, apenas R\$ 1.000,00 seriam destinados à regularização fundiária,
293 contrariando as diretrizes legais; votou, portanto, de forma desfavorável tanto à
294 aplicação de recursos remanescentes quanto à alteração do plano de 2024; com a

295 palavra, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca agradeceu a manifestação, registrou o voto
296 em ata e declarou aprovada a deliberação por maioria de votos; em seguida, foi
297 concedida a palavra ao Sr. Cleiton, representante da SEHAB, que apresentou a proposta
298 de alteração do Plano de Investimento de 2024, com uso de recursos remanescentes de
299 2022 e 2023; acompanhado pela Sra. Débora, iniciou apresentação com quadro
300 demonstrativo da distribuição dos valores, destacando o respeito ao percentual de 30%
301 destinado à mobilidade, conforme regulamentação vigente; informou que os
302 incrementos propostos mantêm a estrutura do plano previamente aprovado, sem
303 inclusão significativa de novos objetos, com valores distribuídos entre os seguintes
304 itens: estrutura turística do centro histórico, corredores e terminais de ônibus,
305 intervenções no sistema viário e obras de arte especiais como pontes e viadutos, com
306 detalhamento apresentado em slides subsequentes; em seguida, o Sr. Cleiton, técnico
307 da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, apresentou proposta de
308 incremento de R\$ 316.000.600 com recursos remanescentes de 2022, e entre os
309 remanescentes de 2023, R\$ 121.000.400; totalizando o valor de R\$ 438.000.000, que,
310 somados aos demais aportes, compõem o montante de R\$ 670.000.700 previsto no
311 plano para 2024; com a palavra, o Sr. Cleiton seguiu destacando os valores atribuídos às
312 obras, apresentando, por exemplo, os calçadões do quadrilátero da República, com valor
313 de R\$ 26.000.700, cujas obras se encontram em andamento; em sequência, informou
314 sobre os corredores de ônibus, com proposta de R\$ 62.000.200, sendo que alguns já se
315 encontram em fase de licitação; adiantou que os projetos executivos foram concluídos e
316 as obras estão previstas para contratação ainda no primeiro semestre; com a palavra,
317 detalhou os investimentos nos terminais de ônibus para 2024, com proposta de R\$
318 47.000.300, destacando o Terminal Itaquera, com projetos executivos em fase de
319 conclusão, preparando-se para a licitação das obras; em seguida, apresentou
320 intervenções no sistema viário dentro do escopo de mobilidade urbana, com proposta
321 de R\$ 70.000.000 para o exercício de 2024; com a palavra, detalhou as demais
322 intervenções no sistema viário com recursos livres, totalizando R\$ 28.000.600; em
323 sequência, abordou as requalificações dos corredores, com proposta de R\$
324 233.000.400; com a palavra, explanou sobre as obras de recuperação e reforço em
325 obras de arte especiais, enquadradas no percentual de mobilidade urbana, no valor de
326 R\$ 188.000.700; em seguida, mencionou as inspeções especiais em obras de arte
327 especiais, com valor proposto de R\$ 910.000 para 2024; com a palavra, abordou o

328 projeto do Minhocão, com valor de R\$ 320.000, e mencionou dotações simbólicas para
329 construções e implantações de equipamentos públicos (R\$ 1.000), intervenções em
330 sistemas de drenagem (R\$ 1.000) e obras preventivas em áreas de risco geológico
331 (R\$2.000); finalizando, colocou-se à disposição para dúvidas e agradeceu; com a palavra,
332 o Conselheiro Sr. José André de Araujo cumprimentou o Sr. Cleiton Rodrigues da Silva,
333 representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB, e sua
334 equipe, e apresentou questionamentos quanto à ausência de datas de entrega e
335 detalhamento das obras por logradouro, exemplificando a Rua José Bonifácio, onde
336 observou obras sem informações disponíveis aos comerciantes locais; em seguida,
337 questionou a modalidade das licitações, se seria concorrência pública conforme a Lei nº
338 14.133, de 2021, e se há projeto básico e previsão de publicação dos editais, sobretudo
339 para os terminais de Itaquera e Itaim; com a palavra, indagou também se os estudos
340 preveem o número de beneficiários e redução de viagens como indicadores de impacto
341 das obras; com a palavra, pontuou a necessidade de divulgar previsão de licitação,
342 modalidade e público-alvo das intervenções nos corredores e terminais, especialmente
343 nas regiões mencionadas; em sequência, transmitiu questão da representante local Sra.
344 Thaís Silva de Oliveira, sobre a Avenida Presidente Wilson, área com histórico de
345 inundações, solicitando esclarecimentos sobre obras previstas; com a palavra, ressaltou
346 ainda a ausência dos números dos processos no Sistema Eletrônico de Informações –
347 SEI nas apresentações, dificultando o acompanhamento; abordou a intervenção no
348 Minhocão, apontando falta de detalhamento quanto ao tipo de intervenção e ausência
349 de previsão de execução; em sequência, questionou o valor de R\$ 910.000,00
350 destinado às inspeções especiais em obras de arte especiais, considerando-o
351 insuficiente e mal detalhado; com a palavra, reiterou preocupação com os valores
352 simbólicos atribuídos a intervenções em drenagem (R\$ 1.000,00) e em áreas de risco
353 geológico (R\$ 2.000,00), diante das mudanças climáticas; com a palavra, o Sr. Cleiton
354 Rodrigues da Silva respondeu que as informações detalhadas podem ser encaminhadas
355 posteriormente, incluindo planilhas e demais dados, e destacou o envio de planilhas
356 descritivas aos membros do Conselho; em seguida, afirmou que a legislação será
357 respeitada quanto à modalidade de licitação, conforme a Lei nº 14.133/2021; com a
358 palavra, ressaltou a atuação compartilhada com outras secretarias, citando como
359 exemplo o BRT Radial Leste como maior investimento previsto; citou ainda os
360 corredores da Avenida Sítio do Tatuapé, Avenida Imirim, Avenida Amador Bueno da

361 Veiga, Avenida Itapecerica e trecho da Rua João Dias, incluídos no plano de
362 requalificação; com a palavra, esclareceu que os R\$ 910.000,00 são destinados às
363 inspeções especiais já executadas nos anos anteriores, subsidiando a identificação de
364 estruturas que exigem intervenção prioritária; em sequência, confirmou que a Avenida
365 Presidente Wilson está contemplada no plano e que estudos de viabilidade e projetos
366 estão em curso; com a palavra, esclareceu que as dotações simbólicas visam permitir a
367 abertura de créditos no fundo, mas que as ações de drenagem e em áreas de risco estão
368 previstas no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FM-SAI e
369 em operações de crédito específicas; finalizando, registrou que os recursos do fundo
370 serão acionados se necessário, e que diversas das obras têm sido discutidas com as
371 comunidades locais visando mitigar impactos durante sua execução; em seguida, o
372 Conselheiro Sr. José André de Araujo solicitou esclarecimentos técnicos sobre a
373 substituição das pedras portuguesas nas obras do centro, indagando se o material
374 utilizado será antiderrapante e como se dará a adequação dos calçadões, inclusive no
375 que se refere à drenagem; com a palavra, o Sr. Cleiton Rodrigues da Silva
376 comprometeu-se a encaminhar a questão à Superintendência de Obras – SPO para
377 esclarecimentos técnicos mais detalhados, e informou que os dados constam no
378 processo de licitação e contratação; afirmou que irá solicitar material técnico e
379 encaminhará à Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, Secretária Executiva do Conselho
380 Gestor do FUNDURB, para posterior distribuição aos conselheiros; na sequência, foi
381 colocada em deliberação a aprovação do Plano Anual de Aplicação de Recursos
382 Remanescentes de 2022 e 2023 da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e
383 Obras – SIURB e a alteração do Plano Anual de Aplicação 2024 da mesma Secretaria;
384 com a palavra, os conselheiros registraram seus votos, sendo a proposta aprovada por
385 maioria, com destaque para a reprovação com declaração de voto do Conselheiro Sr.
386 José André de Araujo, que fundamentou sua posição nos baixos recursos destinados a
387 áreas de risco geológico, ausência de informações sobre datas de entrega, editais de
388 licitação, público contemplado e detalhamento dos valores de obras; em seguida,
389 passou-se à apresentação da Secretaria Municipal de Cultura – SMC, realizada pela Sra.
390 Fernanda Oliveira Ramos, que detalhou as alterações nos valores das fases da obra da
391 Praça das Artes e inclusão de despesa referente ao Sítio da Ressaca; após breve
392 discussão, foi colocada em votação e aprovada por maioria, com abstenção registrada
393 do Conselheiro Sr. José André de Araujo; por fim, a apresentação da Secretaria

394 Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL foi realizada pelo Sr. Marcos Aurélio
395 dos Santos, destacando a inclusão de obras em cinco áreas: ruas Santa Ifigênia, São
396 Caetano, Florêncio de Abreu, área de lazer Chuvisco e Largo da Banana, com
397 detalhamento dos valores e objetivos de requalificação; em réplica, o Conselheiro Sr.
398 José André de Araujo apresentou observações quanto à ausência dos números de
399 processo SEI, datas de entrega e fase das obras, solicitando maior transparência; o Sr.
400 Marcos Aurélio dos Santos respondeu que os processos ainda aguardam liberação de
401 recursos para abertura de SEI e que os projetos encontram-se na fase básica, sob
402 responsabilidade da Superintendência de Projetos Urbanos – SP-Urbanismo;
403 comprometeu-se a encaminhar o cronograma assim que disponível; em resposta a
404 questionamento sobre a legalidade da presidência e voto, a Sra. Talita Veiga Cavallari
405 Fonseca explicou a composição do Conselho e a representação da presidência conforme
406 decreto vigente, esclarecendo que, diferentemente da Coordenação Técnica de
407 Licenciamento Urbanístico – CTLU, no FUNDURB o Secretário ou seu representante
408 legal pode exercer voto e presidir simultaneamente; em seguida, a Conselheira Sra.
409 Jaciara de Souza Pereira, com dificuldades de áudio, encaminhou questão sobre a falta
410 de visualização do projeto de requalificação das ruas, buscando esclarecimento quanto
411 às melhorias previstas; com a palavra, o Sr. Marcos Aurélio dos Santos reconheceu a
412 limitação de tempo nas apresentações e informou que os projetos funcionais com as
413 melhorias previstas já estão definidos e poderão ser compartilhados com o Conselho;
414 com a palavra, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca registrou a solicitação do
415 cronograma e dos projetos funcionais, os quais serão encaminhados aos conselheiros
416 assim que recebidos; em seguida, foi colocada em deliberação a proposta de alteração
417 do Plano Anual de Aplicação 2024 da SMUL; com a palavra, os conselheiros registraram
418 seus votos, sendo aprovada por maioria, com voto contrário do Conselheiro Sr. José
419 André de Araujo, que fundamentou sua decisão na apresentação genérica, ausência de
420 projeto básico em todos os projetos apresentados e inexistência dos respectivos
421 processos SEI; destacou o descumprimento ao artigo 81 da Lei Orgânica do Município
422 de São Paulo, que estabelece os princípios da publicidade, legitimidade e moralidade; em
423 réplica, reiterou seu voto contrário e declarou sua posição de forma pública; com a
424 palavra, a Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca informou que todas as propostas de
425 alteração e uso de recursos remanescentes foram aprovadas, totalizando novo
426 montante de R\$ 2.364.000.000,00 para o exercício; declarou que não havia mais itens

427 de pauta e compartilhou o calendário das próximas reuniões ordinárias, sendo a próxima
428 agendada para 14 de maio; em seguida, a Presidenta Sra. Maria José Gullo de Oliveira
429 agradeceu a participação e sugestões de todos os conselheiros, reiterando a importância
430 do debate e esclarecimento das pautas, encerrando a reunião desejando boa tarde a
431 todos.

MARIA JOSÉGULLO DE OLIVEIRA

PRESIDENTE SUPLENTE

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA

SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES ÓRGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO – SMUL

MARIA JOSÉ GULLO DE OLIVEIRA

MARCOS AURÉLIO MESQUITA

JACQUES FELIPE IATCHUK VIEIRA

CAROL RIBEIRO

RAFAEL BARRETO CASTELO DA CRUZ

FERNANDA (SMC)

PEDRO (ATECC)

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

RODE FELIPE BEZERRA

FERNANDO MELO

MARIANA (SMSUB)

CAROL RIBEIRO

GIULIA (SMSUB)

SECRETARIA DA FAZENDA – SF

FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA
SECRETARIA DE GOVERNO MUNICIPAL – SGM

CLODOLADO PELISSONI
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SEHAB

CAIO VINICIUS

ADRIANA PRISCILA MONTEIRO
COMPANHIA METROPOLITANA DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO – COHAB

RICARDO LEAL

ENZO AURELIO DI BASTIANI

NILSON (COHAB)
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB

CLAYTON CARMO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – C MPU 1

SIMONE SALLES DE OLIVEIRA CHAVES
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – C MPU 2

JOSÉ ANDRÉ DE ARAUJO
